

HUGO LÁZARO MARQUES MARTINS

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra-Portugal

Doutor e Mestre em Direito Público pela PUC-MG

Especialista em Direito Internacional pelo CEDIN - Milton Campos

SANÇÕES (SOCIO)ECONÔMICAS INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI



Belo Horizonte
2020

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Camêdo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clêmeron Merlin Clêve	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Edson Ricardo Saleme	Martinho Mont'Alverne Barreto Lima
Eliane M. Octaviano Martins	Nelson Rosendal
Emerson Garcia	Renato Caram
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Florisbal de Souza Del'Olmo	Rodolfo Viana Pereira
Frederico Barbosa Gomes	Rodrigo Almeida Magalhães
Gilberto Bercovici	Rogério Filippetto de Oliveira
Gregório Assagra de Almeida	Rubens Beçak
Gustavo Corgosinho	Sergio André Rocha
Gustavo Silveira Siqueira	Vladimir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Jamaina Rigo Santin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2020.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Imagem de Capa: TheAndrasBarta (Pixabay.com)

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.1638 Martins, Hugo Lázaro Marques.
M386s Sanções (socio)econômicas internacionais no século XXI / Hugo
2020 Lázaro Marques Martins. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020.
328p.

1182632

ISBN: 978-65-990120-2-0
ISBN: 978-65-990120-4-4 (E-book)

1. Direito internacional. 2. Direito internacional – Sanções. 3. Carta das Nações Unidas.
4. Nações Unidas. I. Título.

CDDir – 341.1638
CDD – 341.1

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2020

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO 2

O USO DA FORÇA PERANTE O DIREITO INTERNACIONAL.....	5
2.1. A construção histórica do instituto do uso da força perante o direito internacional.....	6
2.2. A guerra “justa” perante os clássicos do direito internacional.....	8
2.3. A Convenção de Drago-Porter como primeira norma de direito internacional limitadora do uso da força.....	12
2.4. A Sociedade das Nações e a regulamentação do direito ao recurso do uso da força na esfera internacional.....	13
2.5. O Pacto de Briand-Kellog e o reconhecimento da guerra como ato violador do direito internacional	21
2.6. Os fundamentos teóricos do uso da força na esfera internacional à luz da Carta das Nações Unidas.....	23
2.7. A legitimidade e legalidade do uso da força na esfera internacional	33
2.8. Intervenções humanitárias	37
2.9. Os princípios norteadores do uso da força na esfera internacional à luz da Carta das Nações Unidas.....	40
2.9.1. O princípio da igualdade soberana dos Estados (art. 2º, § 1º da CNU).....	40
2.9.2. O princípio da solução pacífica das controvérsias internacionais (art. 2º, § 3º da CNU)	43
2.9.3. O princípio do dever de assistência às Nações Unidas (art. 2º, § 5º da CNU)	45
2.9.4. O princípio da autoridade das Nações Unidas sobre os Estados não membros (art. 2º, § 6º da CNU).....	46

2.9.5. O princípio da exceção do domínio reservado dos Estados (art. 2º, § 7º da CNU) e da não intervenção em assuntos domésticos dos Estados	48
2.9.6. O princípio da igualdade de direitos e da livre determinação dos povos	50
 CAPÍTULO 3	
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS SANÇÕES ECONÔMICAS	52
3.1. Fundamentos teóricos da diplomacia coercitiva.....	52
3.2. Fundamentos conceituais e terminológicos das sanções econômicas internacionais.....	56
3.3. Fundamentos teóricos dos efeitos persuasivos das sanções [socio]econômicas internacionais.....	67
3.3.1. Fundamentos efeitos persuasivos externos das sanções.....	69
3.3.2. Efeitos persuasivos internos das sanções [socio]econômicas internacionais.....	75
3.3.2.1. Os efeitos internos no Estado sancionado	75
3.3.2.2. Os efeitos internos no Estado sancionador.....	86
3.3.2.3. Os efeitos internos em terceiros Estados.....	92
3.3.3. Reconhecimento das violações perante o direito internacional ...	98
3.4. Espécies das sanções [socio]econômicas internacionais.....	109
3.4.1. Retorsão	110
3.4.2. Da represália	111
3.4.3. Embargo	114
3.4.4. Bloqueio econômico militar	117
3.4.5. Bloqueio econômico marítimo	122
3.4.6. Boicote econômico.....	130
3.4.7. Sanções [socio]econômicas financeiras.....	133
3.4.8. Ruptura das relações diplomáticas.....	138
3.4.9. As sanções [socio]econômicas e o uso da força na esfera internacional.....	139
 CAPÍTULO 4	
UNILATERALISMO, MULTILATERALISMO E A LEGITIMIDADE DAS SANÇÕES [SOCIO]ECONÔMICAS INTERNACIONAIS.....	152
4.1. A ONU e as sanções [socio]econômicas internacionais coletivas.	155
4.2. O Conselho de Segurança das Nações Unidas e sua legitimidade para o uso da força e das sanções [socio]econômicas internacionais.....	158
4.2.1. A composição do Conselho de Segurança.....	159
4.2.2. Procedimento de decisão do Conselho de Segurança e o poder de veto.....	160
4.2.3. As atribuições reservadas ao Conselho de Segurança	162

4.3. Casos de aplicação de sanções econômicas internacionais no âmbito das Nações Unidas.	164
4.3.1. As sanções [socio]econômica internacionais em desfavor do Zimbábue e da África do Sul como instrumento da promoção da Paz Internacional e dos Direitos Humanos.....	164
4.3.2. Caso da Coreia do Norte	170
4.3.3. Caso do Irã.....	176
4.3.4. As sanções [socio]econômicas internacionais como promotora da paz e o caso iraquiano.....	182
4.3.5. As operações militares na Somália para garantia da ajuda humanitária	193
4.3.6. A dissolução da ex-Iugoslávia e a cooperação da ONU com a OTAN.....	197
4.4. Sanções econômicas internacionais unilaterais.....	204
4.4.1. As sanções [socio]econômicas internacionais no âmbito das Américas.....	218
4.4.1.1. Sanções [socio]econômicas unilaterais norte-americanas em desfavor de Cuba	220
4.4.1.2. Caso do Haiti.....	229

CAPÍTULO 5

AS SANÇÕES [SOCIO]ECONÔMICAS INTERNACIONAIS FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO: UMA REFLEXÃO E PROPOSTAS PARA O SÉCULO XXI	237
5.1. A legalidade do uso das sanções [socio]econômicas perante os Direitos Humanos.....	238
5.2. As sanções [socio]econômicas internacionais frente ao Direito Internacional Humanitário.....	252
5.3. Sanções econômicas internacionais “inteligentes” ou humanizadas.....	263
5.3.1. Alternativas às sanções [socio]econômicas internacionais: os incentivos econômicos e os embargos culturais e desportivos	270
5.4. As Nações Unidas como instrumento limitador e regulador das sanções [socio]econômicas internacionais	272
5.4.1. Conselho Econômico e Social como instrumento de monitoramento da execução das sanções [socio]econômicas internacionais.....	276
5.4.2. A necessidade de revisão das sanções [socio]econômicas internacionais pela Corte Internacional de Justiça.....	284
5.4.2.1. Preceitos normativos	284
5.4.2.2. Organização da Corte Internacional de Justiça	285
5.4.2.3. A jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Justiça e demais procedimentos.....	287

5.4.3. As sanções [socio]econômicas internacionais e a Corte Internacional de Justiça.....	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
REFERÊNCIAS	303